

Terça-Feira, 16 de Dezembro de 2025

MPF determina que PF investigue escândalo dos consignados no Estado

Deu na Gazeta

Pablo Rodrigo de a Gazeta

O procurador da República Erich Raphael Masson determinou que a Polícia Federal abra inquérito policial para investigar possíveis crimes contra o sistema financeiro pelas empresas que teriam fraudado contratos de empréstimos consignados dos servidores públicos, aposentados e pensionistas de Mato Grosso. A determinação atende a sua representação feita pelo Sindicato dos Profissionais da Área Instrumental do Governo (Sinpaig) junto ao Ministério Público Federal (MPF) para que a investigação ocorresse na esfera federal.

O pedido para instauração do inquérito policial já se encontra na Corregedoria da PF de Mato Grosso, que deverá escolher um delegado responsável pelas investigações. A determinação muda os rumos das investigações, já que o entendimento é que as possíveis irregularidades feitas por empresas de consignados que estavam credenciadas pelo governo de Mato Grosso ultrapassam o entendimento de seriam apenas crimes de estelionato e contra o consumidor, como vem ocorrendo no Ministério Público de Mato Grosso (MPMT).

No pedido, o escritório de advocacia que representa o Sinpaig e outros sindicatos de servidores públicos estaduais pontuaram um crescimento exorbitante da empresa Capital Consig e seu braço econômico - que estão no pivô das investigações - já que em setembro de 2022 tinha um balanço patrimonial de R\$ 2.289 milhões. Na época, a Capital Consig havia acabado de ser credenciada ao programa de cartão de crédito do servidor -MTCard, junto ao governo do Estado.

Porém, em 31 de dezembro de 2024, o seu balanço patrimonial subiu a R\$ 95.319 milhões, um aumento de mais de 4.000%. “É certo que esse exponencial crescimento não se deve apenas as operações no Estado de Mato Grosso - MTCard, mas sim a atuação sob mesmo modus operandi em todo território nacional, inclusive junto ao servidorismo de entidades públicas federais e dos aposentados e pensionistas do INSS”, diz trecho do pedido.

Outro lado

Desde que surgiram as denúncias, a Capital Consig tem afirmado que está sob ataque para que seja substituída no atendimento de cessão de crédito consignado aos servidores do Estado de Mato Grosso, e que desde o início da campanha de difamação, representantes da instituição têm buscado demonstrar a legalidade de suas operações de crédito consignado e seu compromisso com a transparência, ética e respeito ao servidor público.